

**ATA**

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 - Vereador José Torcato Ribeiro – Referiu uma situação já apresentada neste órgão aquando da intenção da privatização dos CTT, e que diz respeito à mudança das instalações destes Serviços da Rua de Santo António para a zona da Quintã, Salientou que a nova localização não disponibiliza igualmente estacionamento. Acrescentou, que esta mudança vai contribuir para reduzir a afluência de pessoas, retirando movimento e contribuindo para uma maior desertificação do Centro Histórico. Disse, ainda, que esta medida resulta de uma lógica de otimização de lucros, não considerando as necessidades de desenvolvimento do Município, designadamente a manutenção de uma atividade comercial vital no Centro Histórico. Assim, perguntou se a Câmara Municipal tinha conhecimento da

ocupação que vai ser dada ao edifício. -----

2 - Vereador José Bastos – Deu conhecimento de que três festivais culturais de Guimarães foram distinguidos com selo de qualidade, pela iniciativa «Europa para Festivais, Festivais para Europa» (EFFE), um projeto lançado no ano passado pela Comissária para a Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude da Comissão Europeia: o GUIDance - Festival Internacional de Dança Contemporânea; o Guimarães Jazz e o Guimarães Noc Noc. Referiu que a iniciativa tem como objetivo ampliar o conhecimento do que está a acontecer no mundo dos festivais e promover a excelência e a inovação, acrescentando que este é o reconhecimento do trabalho desenvolvido nos últimos anos por várias entidades de forma isolada ou em parceria. -----

3 - Presidente da Câmara – a) - Recordou que os CTT são uma entidade privada e que as escolhas de investimento são da sua inteira responsabilidade. Informou ter recebido na Câmara Municipal representantes dos CTT que comunicaram a deslocalização dos serviços da Rua de Santo António para a zona da Quintã. Disse, ainda, ter questionado sobre o destino a dar ao edifício, tendo sido transmitida a indecisão quanto ao futuro do edifício, que é partilhado com a PT; **b)** – Sobre a intervenção do Vereador José Bastos acrescentou que a distinção internacional, emitida por terceiros, só confirma o caminho certo que Guimarães está a seguir. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião de Câmara vai realizar-se na Vila de Ponte, nas instalações do Salão Paroquial Paulo VI, à hora habitual, considerando-se todos os membros presentes devidamente convocados. -----

-----**VOTO DE LOUVOR**-----



De seguida, o Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Louvor, de acordo com o texto que a seguir se transcreve: **VOTO DE LOUVOR – GRUPO DESPORTIVO UNIÃO TORCATENSE** – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Desportivo União Torcatense, com sede na Vila de São Torcato, sagrou-se, no passado domingo 17 de maio, primeiro classificado do Campeonato Pró – Nacional da AF de Braga, alcançando a promoção às competições nacionais de futebol, ao Campeonato Nacional de Seniores organizado pela FPF (Federação Portuguesa de Futebol). Este êxito premeia o esforço dos seus atletas, técnicos, dirigentes e associados e representa uma importante afirmação no plano desportivo e social da Vila de São Torcato e do Município de Guimarães, que passa a estar representado no futebol nacional por três clubes: Vitória, Moreirense e Torcatense. Registe-se que a presença na próxima época do União Torcatense nas competições nacionais de futebol se verifica pela terceira vez, já que o clube de São Torcato disputou na época 2005/2006 a III Divisão Nacional e na época seguinte 2006/2007 a II Divisão B, que correspondia ao hoje denominado Campeonato Nacional de Seniores. Nessa última época, o União Torcatense não dispunha ainda de instalações que possibilitasse realizar os seus jogos em São Torcato, pelo que teve de utilizar o Complexo Desportivo do Vitória. Na próxima época, mercê dos investimentos realizados no seu Campo de Jogos, como tem sucedido em todo o Concelho, o Torcatense disputará os seus jogos na Vila de São Torcato. Neste tempo de festa pelo resultado alcançado em competição com 18 clubes, decidido apenas na última jornada, a Câmara Municipal de Guimarães associa-se à alegria pela promoção obtida, pelo que proponho que seja aprovado um voto

de louvor ao União Torcatense, extensivo a todos quantos para ele contribuíram, aos seus atletas, técnicos, dirigentes e comunidade de São Torcato.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

1. Do Relatório da Certificação Legal das Contas Consolidadas, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2015. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CÂMARA - 24 DE JUNHO - DIA UM DE PORTUGAL - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS HONORÍFICAS – Presente a seguinte proposta: “Na observância do Regulamento de Atribuição de Medalhas Honoríficas Municipais aprovado em 2014 pelos Órgãos do Município, proponho, no âmbito das Comemorações do 24 de Junho dia Um de Portugal do corrente ano, a atribuição da Medalha de Honra do Município de Guimarães às seguintes personalidades, conforme fundamentação constante de anexos à presente proposta: - Edmundo Campos, antigo Presidente da Câmara Municipal de Guimarães; - António Xavier, antigo Presidente da Câmara Municipal de Guimarães; - Manuel Ferreira, antigo Presidente da Câmara Municipal de Guimarães; - António Cunha, Reitor da Universidade do Minho. Atendendo à notoriedade e aos



relevantes contributos destas personalidades para o desenvolvimento e afirmação de Guimarães, entendendo estarem reunidos os pressupostos de excecionalidade e especial oportunidade que justificam a atribuição das medalhas honoríficas propostas, nos termos do disposto no nº 4 do Artº 4º do Regulamento de Atribuição de Medalhas Honoríficas Municipais.” A referida fundamentação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR EDMUNDO CAMPOS COM A MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES. -----

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR ANTÓNIO XAVIER COM A MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES. -----

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR MANUEL FERREIRA COM A MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES. -----

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR ANTÓNIO CUNHA COM A MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES. -----

OBRAS PÚBLICAS – INSTALAÇÃO DA CANTINA ECONÓMICA EM EDIFÍCIO MUNICIPAL - S. PAIO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - Presente a seguinte proposta:

“A Câmara Municipal de Guimarães vai proceder à abertura do procedimento para execução da obra em epígrafe. O preço contratual não deverá exceder €469.674,76 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.3.2.04 do Plano Plurianual de Investimentos. Prevê-se despender neste ano de 2015 a verba de €135.000,00 e, em 2016, o montante de €362.855,25. No Plano Plurianual de Investimentos para 2016, embora na rubrica 2.3.2.04 conste a

execução da obra, a referida rubrica não tem verba inscrita. Assim, propõe-se a submissão à Câmara Municipal de uma proposta que autorize a realização desta despesa, no montante acima referido, repartida da seguinte forma: - ano de 2015 - €135.000,00; - ano de 2016 - €362.855,25. A presente repartição de encargos deve, posteriormente, ser também aprovada pela Assembleia Municipal.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

OBRAS PÚBLICAS – INTERVENÇÃO HIDRÁULICA E PAISAGÍSTICA NA RIBEIRA DE COUROS - CONTA FINAL –

Presente, para aprovação da Câmara Municipal, a conta final, datada de 21 de maio de 2015, bem como o auto final da obra mencionada em epígrafe, adjudicada à empresa “Empresa de Construções Amândio de Carvalho, S.A.”, nos valores, respetivamente, de €845.949,05 + IVA e de €86.998,75+IVA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de ter participado na elaboração do respetivo projeto.** -----

FREGUESIAS – ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FREGUESIA DE URGEZES – ANO DE 2014

– SEGUNDO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de



Delegação de Competências com a Freguesia de Urgezes, para a execução da iluminação do parque lazer do Bairro, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €13.000,00. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar as obras acima mencionados no ano de 2014, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2015, tendo sido aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, em 08 de janeiro de 2015 e 27 de fevereiro de 2015, respetivamente, sendo que vem agora solicitar a alteração do respetivo objeto, ou seja, a substituição da obra de iluminação do parque de lazer do Bairro, pela execução das obras nos passeios da Rua Cândido José de Carvalho e colocação de piso em cubo na Rua Veiga de Baixo. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do segundo aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 18 de dezembro de 2014, alterando-se a 1ª cláusula, nomeadamente: "O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na FREGUESIA para a execução das obras nos passeios da Rua Cândido José de Carvalho e colocação de piso em cubo na Rua Veiga de Baixo." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS (CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS) –

Presente a seguinte proposta: "Estabelece o disposto no n.º 2 do artigo 117.º, em conjugação com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar

competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações. O Presidente da Câmara, no uso das competências que lhe foram conferidas por deliberação da Câmara Municipal de 17 de outubro de 2013, promoveu a discussão e a preparação com as juntas de freguesia tendo em vista a celebração de contratos de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos na alínea l), do nº 1, do art.º 33º do aludido diploma legal, cabendo-lhes a iniciativa e escolha das obras a realizar no ano de 2015, no âmbito da manutenção, conservação e reparação das vias municipais, bem como a criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços e redes de circulação integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal, conforme estabelecido nas alíneas bb) e ee) do n.º 1 do mesmo artigo 33.º, sendo que as verbas a conceder neste domínio foram ponderadas de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores. Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos da referida Lei n.º 75/2013, a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação do mapa de repartição de apoios a conceder neste âmbito, com menção das obras a que se destinam e ainda a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2015, por conta das competências a delegar, cujo valor anual consta do mapa em anexo (**Doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em



pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro votaram a favor. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os sentidos de voto em reunião de Câmara são instrumentos políticos. Os mesmos não podem ter o significado de tentar bloquear aquilo que pretende um determinado ponto da agenda mas antes de manifestação de discordância política quanto à forma e ao modo como ele nos é proposto. É o que sucede neste ponto. Os vereadores eleitos nas listas do PSD e do CDS jamais tentariam bloquear ou impedir as transferências que o Município pretende fazer para cada uma das suas freguesias, seja a título de delegação de competências mediante contrato interadministrativo (ponto 7) seja a título de subsídio designado como Apoio Municipal às Freguesias do concelho de Guimarães (ponto 8). Mas por outro lado, têm que poder manifestar de modo politicamente relevante a sua mais viva discordância com a forma como a Câmara de Guimarães atua com as suas Freguesias e com os montantes que a mesma Câmara dispensa às autarquias locais que lhe asseguram proximidade com a população. A nossa posição é coerente com o que vimos dizendo, já de há vários mandatos a esta parte mas mais especificamente neste mandato, em que mudaram os protagonistas mas se manteve a postura de desconsideração e desrespeito político pelas Juntas de Freguesia do concelho de Guimarães. Temo-lo defendido em diversas e diferentes ocasiões e ainda muito recentemente, em 14.01.2015, apresentamos uma proposta à

Câmara Municipal para que esta distribuisse de modo equitativo pelas suas Juntas de Freguesia o montante remanescente da II edição do Orçamento Participativo, que ascendia a € 772.000,00. O Partido Socialista opôs-se a esta proposta, votou contra. Foi argumentado, essencialmente, que a Câmara Municipal prefere distribuir de acordo com o seu próprio critério. Nada mais revelador da total falta de respeito pelo princípio da autonomia do poder local que a Câmara de Guimarães reclama do Estado Central, mas recusa aplicar às suas Juntas de Freguesia. A Câmara mantém uma postura intencional de criação e incentivo da dependência das Juntas de Freguesia da sua Câmara Municipal. Cultiva a subserviência que gosta que os Presidentes de Junta manifestem para poderem ter a simpatia da Câmara e do seu Presidente. Desrespeita, todos os dias, o princípio da autonomia do poder local. É sabido que as verbas de que dispõem as juntas de freguesia para sua gestão própria, enquanto autarquia local, são insuficientes para uma intervenção política independente e mais eficaz em prol das populações que representam. Esta proposta nada mais manifesta do que uma continuação de uma política que vem sendo seguida até aqui, política essa com a qual discordamos frontalmente. Por essa razão, por discordarmos politicamente daquilo que significa esta delegação de competências, ao arrepio do que defendemos nesta matéria, votamos **contra** este ponto. Manifestando expressamente não discordarmos do conjunto de intervenções que cada delegação de competências ou apoio municipal atribuídos proporcionam.” -----

FREGUESIAS - CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS

FREGUESIAS - Presente a seguinte proposta: “Estabelece o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º



75/2013, de 12 de setembro, que os municípios, através dos seus órgãos, podem deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; O Presidente da Câmara, no uso das competências que lhe foram conferidas por deliberação da Câmara Municipal de 17 de outubro de 2013, promoveu a discussão e a preparação com as juntas de freguesia, cabendo-lhes a iniciativa e escolha das obras a realizar no ano de 2015, no âmbito das suas atribuições no domínio, entre outras, do equipamento rural e urbano, do ambiente e salubridade, do desenvolvimento, do ordenamento urbano e rural e da proteção da comunidade, sendo suas competências próprias nessa matéria, designadamente, gerir, conservar e ou promover a limpeza e reparação de espaços públicos e equipamentos de âmbito local e administrar e conservar o património da freguesia, conforme estabelecido nas alíneas z), aa), bb), hh) e ii) do n.º 1 do artigo 16.º do mesmo diploma legal, sendo que as verbas a conceder foram ponderadas, de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores, tendo em vista a concessão de apoios municipais. Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Contratos de Atribuição de Subsídio com as Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação do mapa de repartição de apoios a conceder neste âmbito, com menção das obras a que se destinam e ainda a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2015, cujo valor anual consta do mapa em anexo (**Doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa

ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro votaram a favor. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os sentidos de voto em reunião de Câmara são instrumentos políticos. Os mesmos não podem ter o significado de tentar bloquear aquilo que pretende um determinado ponto da agenda mas antes de manifestação de discordância política quanto à forma e ao modo como ele nos é proposto. É o que sucede neste ponto. Os vereadores eleitos nas listas do PSD e do CDS jamais tentariam bloquear ou impedir as transferências que o Município pretende fazer para cada uma das suas freguesias, seja a título de delegação de competências mediante contrato interadministrativo (ponto 7) seja a título de subsídio designado como Apoio Municipal às Freguesias do concelho de Guimarães (ponto 8). Mas por outro lado, têm que poder manifestar de modo politicamente relevante a sua mais viva discordância com a forma como a Câmara de Guimarães atua com as suas Freguesias e com os montantes que a mesma Câmara dispensa às autarquias locais que lhe asseguram proximidade com a população. A nossa posição é coerente com o que vimos dizendo, já de há vários mandatos a esta parte mas mais especificamente neste mandato, em que mudaram os protagonistas mas se manteve a postura de desconsideração e desrespeito político pelas Juntas de Freguesia do concelho de Guimarães. Temo-lo defendido em diversas e diferentes ocasiões e ainda muito recentemente, em 14.01.2015, apresentamos uma proposta à



Câmara Municipal para que esta distribuisse de modo equitativo pelas suas Juntas de Freguesia o montante remanescente da II edição do Orçamento Participativo, que ascendia a € 772.000,00. O Partido Socialista opôs-se a esta proposta, votou contra. Foi argumentado, essencialmente, que a Câmara Municipal prefere distribuir de acordo com o seu próprio critério. Nada mais revelador da total falta de respeito pelo princípio da autonomia do poder local que a Câmara de Guimarães reclama do Estado Central, mas recusa aplicar às suas Juntas de Freguesia. A Câmara mantém uma postura intencional de criação e incentivo da dependência das Juntas de Freguesia da sua Câmara Municipal. Cultiva a subserviência que gosta que os Presidentes de Junta manifestem para poderem ter a simpatia da Câmara e do seu Presidente. Desrespeita, todos os dias, o princípio da autonomia do poder local. É sabido que as verbas de que dispõem as juntas de freguesia para sua gestão própria, enquanto autarquia local, são insuficientes para uma intervenção política independente e mais eficaz em prol das populações que representam. Esta proposta nada mais manifesta do que uma continuação de uma política que vem sendo seguida até aqui, política essa com a qual discordamos frontalmente. Por essa razão, por discordarmos politicamente daquilo que significa este apoio municipal às Freguesias, ao arrepio do que defendemos nesta matéria, votamos **contra** este ponto. Manifestando expressamente não discordarmos do conjunto de intervenções que cada delegação de competências ou apoio municipal atribuídos proporcionam.” -----

**FREGUESIAS - APROVAÇÃO DA MINUTA DOS CONTRATOS
INTERADMINISTRATIVOS A CELEBRAR COM AS JUNTAS
DE FREGUESIA NO ÂMBITO DO PROTOCOLO ASSINADO**

COM A AMA PARA A INSTALAÇÃO DE 17 ESPAÇOS DO CIDADÃO EM GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta:

“Numa ótica de partilha de recursos e com o objetivo de promover a prestação de serviços de atendimento ao público, criando sinergias entre a administração Central e Local, o Município de Guimarães celebrou com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, I.P., um Protocolo de Colaboração através do qual assumiu a instalação de 18 Espaços do Cidadão no concelho de Guimarães, ao abrigo do Decreto-Lei nº 74/2014, de 13 de maio. No âmbito deste protocolo, o Município goza da prerrogativa de cometer a gestão de um ou mais daqueles Espaços do Cidadão às Juntas de Freguesia do concelho, sem prejuízo da manutenção da sua responsabilidade perante a AMA pela boa execução do protocolo assinado. Neste contexto, e tendo-se optado por entregar, a várias freguesias, a gestão de 17 Espaços do Cidadão, torna-se necessário fixar os termos em que será exercida aquela gestão mediante a celebração, com cada freguesia, de um contrato interadministrativo, nos termos do anexo à Lei 73/2013 de 12 de Setembro. A celebração destes contratos assume particular relevância para a fixação de obrigações e responsabilidades de ambas as autarquias (Município e Freguesia) no que respeita à gestão dos Espaços do Cidadão, designadamente no que se refere, quer às despesas, quer às receitas provenientes das taxas inerentes aos serviços prestados. Nestes termos, e considerando que está já definido um calendário para a instalação dos citados Espaços do Cidadão, coloca-se à consideração superior a submissão ao executivo municipal, para posterior aprovação pela assembleia Municipal, de uma proposta para a celebração de contratos interadministrativos, nos termos do art.º 117º e seguintes da Lei



75/2013, de 12 de setembro, e conforme minuta que se anexa, com as seguintes freguesias: Freguesia de Brito; Freguesia de Caldelas; Freguesia de Candoso S. Martinho; Freguesia de Lordelo; Freguesia de Moreira de Cónegos; Freguesia de Nespereira; Freguesia de Polvoreira; Freguesia de Ponte; Freguesia de Ronfe; Freguesia de S. Torcato; Freguesia de Selho S. Cristóvão; Freguesia de Selho S. Jorge; Freguesia de Serzedelo; União de Freguesias de Abação e Gémeos; União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil; União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia; União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar.” A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Esta proposta de contrato é bem reveladora do desnorte que perpassa pela Câmara de Guimarães. O Presidente de Câmara delegou no vereador Ricardo Costa competências para a fixação de taxas. Posteriormente, e acrescidamente, atribuiu ao mesmo vereador competência para a gestão do processo “Espaços do Cidadão”. No exercício pleno de todas essas competências, o vereador Ricardo Costa (em entrevista exclusivamente concedida para analisar esta realidade) manifestou considerar ser necessária a criação de uma taxa adicional pela utilização deste serviço da Administração Central. Taxa essa que deveria compensar as freguesias pelos custos que teriam que suportar com os recursos humanos afetos a este serviço, como se percebe bem e sem margem para qualquer erro da entrevista do

vereador em causa à Rádio Santiago. Ora, se é sabido desde Agosto-2014 que o Governo – a quem verdadeiramente se deve esta iniciativa – no protocolo celebrado com o Município de Guimarães atribuiu 65% dos emolumentos cobrados ao Município de Guimarães, parece claro que a Câmara – ou melhor dito o vereador com essas funções – pretendia “compensar” as Juntas de Freguesia onerando os cidadãos com o pagamento duma taxa, retendo a Câmara Municipal para si a percentagem correspondente a cerca de 1/3 dos emolumentos cobrados. Agora, na proposta de contrato que nos é dada para apreciação diz-se na cláusula 3ª que *"o MUNICÍPIO transfere para a FREGUESIA o valor resultante da parte das taxas municipais atribuídas ao atendimento, bem como da parte das taxas cobradas pelos serviços da administração central que lhe era devida..."* donde resulta pretender o Município atribuir – e muito bem! – a totalidade das receitas que lhe competia receber às entidades para as quais atribui a execução desta prestação de serviço, isto é, às Juntas de Freguesia. Donde se pode perguntar: se a Câmara pensa assim e se sempre pretendeu entregar às Juntas de Freguesia a percentagem que recebe dos emolumentos, com base em que pensamento se pretendia taxas os cidadãos para pagamento desse mesmo serviço? De facto, não se compreende. E é por não se compreender que se conclui como iniciamos este texto. Acresce ao referido a felicitação que é devida ao Governo de Portugal, pois apesar do afã de inaugurações com a que a Câmara anda a brindar o território concelhio, permitindo que passe a ideia – no silêncio declarativo e moral – de que se trata de uma grande iniciativa da Câmara de Guimarães, convém nunca esquecer que se trata de uma iniciativa única e exclusivamente do Governo, deste Governo que



a Câmara de Guimarães tantas vezes verbera mas às custas do qual descerra placas em barda por esse concelho fora.” -----

URBANISMO - CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO DESTINADO A ACADEMIA DE GINÁSTICA – DEFINIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO - Presente uma informação do

Diretor do Departamento de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento referente ao equipamento desportivo “Academia de Ginástica de Guimarães” que se perspetiva edificar no concelho de Guimarães, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE A LOCALIZAÇÃO DA ACADEMIA DE GINÁSTICA NA “QUINTA DO OUTEIRO”, ALVARÁ DE LOTEAMENTO 19/07. -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO DO BANCO DE LIVROS ESCOLARES – Presente, para aprovação pela Câmara Municipal

e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, o Regulamento do Banco de Livros Escolares, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Os Vereadores André Coelho

Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A criação do Banco de Livros Escolares de Guimarães é uma iniciativa que merece o apoio dos vereadores da coligação PSD/CDS-PP, não só pelos objetivos propostos como, também, por se assumir como aglutinador das sinergias já existentes no concelho. No entanto, o Regulamento presente para aprovação suscita-nos algumas questões, nomeadamente no que concerne ao papel a desempenhar pelos Agrupamentos de Escolas do concelho, que no artigo 4º é referido apenas como sendo de colaboração e

envolvimento mas que nos artigos 6º e 9º se reveste de primordial importância e responsabilidade, uma vez que caberá aos agrupamentos todo o processo de recolha, avaliação, registo e entrega dos manuais usados, para além da divulgação da iniciativa aos encarregados de educação. Assim, importa garantir que as escolas dispõem dos recursos humanos indispensáveis ao desenvolvimento desta iniciativa e que foram assegurados os procedimentos necessários para garantir o envolvimento e a colaboração de todos os intervenientes. Neste pressuposto, votamos a favor.” -----

REGULAMENTOS – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – Presente a seguinte proposta:

“Como é do conhecimento superior, foi aprovado, em devido tempo, o Regulamento Municipal dos Refeitórios Escolares dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Ensino Básico, que visava estabelecer as normas de funcionamento e de gestão daquelas estruturas de apoio. Este documento, em vigor desde 2009, foi já objeto de alterações em 2010 e 2011, em resultado da entrada em vigor de novos normativos legais e da implementação de uma aplicação informática de gestão dos procedimentos associados ao processamento e pagamento de faturas pelo fornecimento de refeições. Volvidos 4 anos após a última atualização, e tendo-se procedido à substituição da aplicação informática, que originou profundas alterações de procedimentos ao nível do registo de dados e do processamento de faturas, importa agora adequar aquele instrumento orientador do funcionamento dos refeitórios escolares da competência da Câmara Municipal à nova realidade. Assim, propõe-se que seja



presente para aprovação em reunião de Executivo Camarário, e posteriormente em sessão de Assembleia Municipal, o documento em anexo, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal. Mais informamos que o presente projeto de Regulamento será objeto de apreciação pública, nos termos do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, diploma que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, mediante publicação no Diário da República. À consideração superior.” O Projeto do Regulamento Municipal dos Refeitórios Escolares dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Ensino Básico dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “O Projeto de Regulamento Municipal dos Refeitórios Escolares dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico não pode merecer a nossa aprovação porque é omissivo quanto à verificação do cumprimento das ementas e das porções (peso e quantidades) a servir por aluno. Se é certo que a indicação destas dosagens consta, normalmente, do caderno de encargos, é também certo que as empresas tendem a fugir ao cumprimento do estipulado se não estiverem sujeitas a um controlo sistemático de pesagem e contagem das peças, bem como do grau de frescura e calibre

dos legumes e frutas servidos. Se não podemos menosprezar a importância de uma alimentação saudável para o desenvolvimento de qualquer criança, tratando-se de refeitórios escolares é imprescindível uma atenção redobrada, dado que a população estudantil que usufrui deste serviço é maioritariamente constituída por crianças oriundas de agregados familiares com poucos recursos económicos, tal como se pode constatar pelo numero de alunos com Escalão A. Para muitos destes alunos, o almoço que lhes é servido na escola constitui a única refeição completa que ingerem ao longo do dia. Pelas razões acima expostas, não podemos aprovar um regulamento que não especifica a quem cabe o dever de controle, nem os procedimentos inerentes ao mesmo, pelo que votamos contra.” -

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE CONSULTADORIA PARA ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a

seguinte proposta: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços de consultadoria para atualização e adequação da orgânica do Município de Guimarães; **2. Considerandos:** O exercício da missão, das funções e das atribuições dos municípios assenta na sua estrutura técnica e organizacional, em que o recurso a modelos flexíveis de funcionamento se torna imperativo, no quadro de uma administração pública eficiente, eficaz e de qualidade; A racionalidade e operacionalidade dos serviços autárquicos exigem metodologias de trabalho transversais e uma autonomia de decisão que tem como contrapartida a responsabilização dos decisores; A definição do modelo organizativo, da estrutura e do funcionamento dos serviços do município requer uma visão imparcial e objetiva, que permita,



dentro da necessária adequação à realidade existente e em função dos objetivos estratégicos e operacionais definidos, a melhoria das condições de exercício da sua missão. Estas imparcialidade e objetividade exigem um distanciamento que aconselha o recurso a um serviço de consultoria externo, que trabalhe em articulação com a equipa que internamente irá ser constituída. **3. Proposta: 3.1.** Submete-se à autorização da Câmara Municipal, ao abrigo do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e dos n.ºs 5 e 12 do art.º 75.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, a emissão de **parecer prévio** à celebração do contrato de prestação de serviços referido, cujo objeto é a aquisição do serviço de **Consultadoria visando a atualização e adequação da estrutura orgânica do Município de Guimarães**, de acordo com o Caderno de Encargos que se junta em anexo. **3.2.** A despesa estima-se no valor global de **€10.000, acrescida de IVA** à taxa de 23%, e tem cabimento orçamental na rubrica 02.02.14. Não há lugar a redução remuneratória, de acordo com as regras constantes do artigo 75.º da referida Lei 82-B/2014. **3.3.** O procedimento a adotar para a formação do contrato deve ser o Ajuste Direto, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, propondo-se, desde já, que, considerada a experiência positiva e boas práticas resultantes de idênticos projetos desenvolvidos noutros municípios, seja convidada apenas a "LEXUS – CONSULTORES, LDA", NIPC 508080720. **3.4.** Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como

do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA DENOMINADA “VIA DE ACESSO AO AVEPARK” – Presente a seguinte informação: “**1.**

Objeto: Contratação de serviços referentes aos trabalhos necessários para a realização do projeto de execução da denominada “Via de Acesso ao Avepark”. **2. Considerandos:** A informação técnica da Divisão de Estudos e Projetos, em anexo ao presente pedido de parecer prévio. A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar requer uma equipa com capacidade crítica e com conhecimentos e capacidades nas áreas de descritas no Caderno de Encargos, em anexo ao presente pedido de parecer prévio. De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo da Lei nº 75/2014, de 12 de Setembro e do art.º 75.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015), a Câmara Municipal autorize a abertura de um concurso público com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato consiste na realização do projeto da denominada “Via de Acesso ao Avepark”, em conformidade com



o Caderno de Encargos em anexo; b) A despesa estima-se em €504.000,00 (quinhentos e quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.06, no plano Plurianual de Investimentos, correspondente ao ano de 2015; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um concurso público nos termos da alínea b) do n.º 1, do art.º 20.º do decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos, nos termos expostos na informação técnica da DEP anexa ao presente pedido de parecer prévio; e) Finalmente, informa-se que caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista na Lei nº 75/2014, de 12 de Setembro e do art.º 75.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015).” **DELIBERADO APROVAR POR**

MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta que mereceu o número catorze da Ordem de Trabalhos pelas razões que dela constam e, ainda, em atenção ao seguinte:- A realização do Projeto de Execução da “Via denominada Via de acesso ao Ave Park” reclama o recurso a saberes multidisciplinares capazes de assegurar uma correta e rigorosa elaboração das tarefas a desempenhar, nos termos do Caderno de Encargos, para o que se torna necessário reunir uma equipa com capacidade crítica e conhecimentos e capacidades

aludidas na informação técnica da Divisão de Divisão de Estudos Económicos, anexa ao presente pedido de parecer prévio que nos dispensamos de repetir. No atual quadro de pessoal da Câmara Municipal não existe possibilidade de preencher tais necessidades nem de recrutamento em tempo útil, como resulta da informação da Divisão dos Recursos Humanos. Ora, este projeto assume elevada importância para a comunidade vimaranense, por todas as razões que são amplamente conhecidas, tendo merecido debate amplo e aberto em que foi possível auscultar diferentes opiniões e colher estudos cientificamente categorizados, designadamente os elaborados pela universidade do Minho. O cuidado e rigor até agora colocados na condução deste processo, deverá continuar a nortear a ação deste executivo, razão que justifica que votemos a favor desta proposta.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Pensamos poder afirmar sem correr o risco de cometer grande erro de que todos nós aqui presentes, assim como a generalidade dos vimaranenses, estaremos de acordo com a importância que a nova via de acesso ao Avepark poderá vir a assumir, não só para o próprio Avepark como seguramente para todo o concelho, nomeadamente para a sua parte Norte. Não havendo pois dúvidas a este respeito, aquilo que nos move agora, no momento em que se aprecia o Pedido de Parecer Prévio para aquisição de serviços para a realização do **projeto de execução** da via de acesso ao Avepark é tão só que seja adotada para esse efeito uma solução adequada e equilibrada nos aspetos económico, urbanístico e ambiental, e que vá também ao encontro dos anseios e vontades dos vimaranenses.



Terá sido com certeza a busca da concretização desses mesmos objetivos que terão motivado o Sr. Presidente para a promoção do debate público levado a cabo há alguns meses. Registamos a abertura demonstrada pelo Sr. Presidente da Câmara ao adotar, no primeiro troço para essa via de acesso ao Avepark uma solução diferente da primeiramente proposta e que vai ao encontro daquela que entendemos ser a que melhor serve os interesses da nossa terra. Registamos depois também a abertura demonstrada no próprio caderno de encargos para a possibilidade de poderem ser acolhidas outras soluções que se venham a manifestar interessantes, conforme refere o segundo parágrafo da cláusula 1.2 que diz *"o projeto deverá ter em atenção o esboço de uma solução espaço-canal definido na planta anexa, o qual não sendo um estudo hermético e definitivo deverá ser considerado como base para o traçado final"*. Finalmente manifestamos que entendemos, que a metodologia agora proposta para a consumação deste processo com vista à aquisição do serviço da elaboração do projeto, não é a mais adequada ao fim que se pretende. De facto, Sr. Presidente, tal como é de seu conhecimento, antes de se passar à fase de projeto de execução, fase na qual se desenvolve com todo o rigor o detalhe e os pormenores de execução da obra, executa-se uma outra fase designada por **ante-projeto**, fase em que se procuram e testam diferentes soluções possíveis a apresentar ao dono da obra e que já contêm um conjunto de informação suficiente para permitir uma opção final consolidada. Só depois de identificada e decidida a solução final é que se deverá avançar para o projeto de execução. Repare-se que podemos estar a pedir preço para um projeto de uma determinada dimensão, no caso presente, por exemplo, para uma via com 7 quilómetros de

extensão, com uma ponte de 100 metros de comprimento e com, por exemplo 7 passagens desniveladas, e depois, com um estudo prévio em mão, chegarmos à conclusão que afinal a extensão da via é de apenas 4 quilómetros, que a ponte tem apenas 70 metros e que há apenas 4 passagens desniveladas. É então claro que o projeto de execução será substancialmente menos trabalhoso e por conseguinte mais económico. A metodologia a adotar deveria passar pois por lançar um primeiro concurso para o estudo prévio e só depois avançar para o concurso do projeto de execução. A nosso ver, reconhecendo embora a urgência do processo com vista a não perder a oportunidade de uma candidatura em tempo útil, parece-nos sobretudo importante que se concretize uma candidatura bem-sucedida. E para isso não se deverá queimar etapas. Merece ainda referência o facto de que o prazo apontado de 120 dias para a elaboração do projeto de execução parecer manifestamente insuficiente. Por não estarmos de acordo com a metodologia e rearmos os riscos decorrentes da sua utilização iremos abster-nos neste ponto da ordem de trabalhos.” -----

PATRIMÓNIO – COMODATO – JARDIM DE INFÂNCIA DE VERMIL – Presente a seguinte proposta: “Desde setembro de 1985 que o jardim de infância de Vermil vem funcionando nas antigas instalações da sede da Junta de Freguesia de Vermil. Posteriormente, foram também ali instaladas a sala de prolongamento de horário e a cantina escolar. Não tendo até à presente data sido outorgado qualquer contrato de cedência daquele prédio, nem definidas as regras de utilização do espaço, deve, em caso de concordância superior, ser celebrado um contrato com a União das Freguesias de Airão S. João, Airão Santa Maria e Vermil, com vista a satisfazer as necessidades do



Município. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária a celebração de um contrato de comodato com a referida União das Freguesias, tendo como objeto a cedência ao Município do prédio sito na rua D. Afonso Henriques, nº 1066, da freguesia de Vermil, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 932º, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – COMODATO – COOPERATIVA FRATERNA –

Presente a seguinte proposta: “**Considerando:** 1 - Que a gestão dos equipamentos sociais municipais deve obedecer a uma visão integrada e coordenada como forma de assegurar a coerência da política social do Município; 2 - Que a prossecução e concretização dos objetivos que presidiram à edificação do Complexo Multifuncional de Couros e de outros equipamentos sociais de usufruto comunitário impõem a criação de condições que viabilizem e assegurem a sua programação e gestão; 3 - Que o Município é proprietário dos imóveis mencionados, devidamente identificados na minuta do contrato em anexo, não dispondo, contudo, dos meios técnicos e humanos indispensáveis à sua gestão e programação, objetivos que o MUNICÍPIO encara como prioritários para o desenvolvimento e consolidação da sua estratégia de intervenção social; 4 - Que a FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CIPRL, adiante designada abreviadamente por **FRATERNA**, régie-cooperativa constituída ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/84, de 21 de janeiro, detida em 88,89% pelo Município, tem como missão desenvolver, a nível local, regional e nacional, atividades que

contribuam para a coesão social e para a eliminação de situações de pobreza, bem como disponibilizar respostas sociais adequadas às necessidades locais de apoio à primeira infância, a jovens em situação de exclusão social e a pessoas idosas, tendo assumido, desde o início da sua atividade, um papel central e determinante nas dinâmicas de desenvolvimento do município em parcerias institucionais que permitiram uma diversidade de serviços, como o banco social e os gabinetes de apoio a desempregados. 5 – Que a **FRATERNA** vem gerindo e programando, desde a sua inauguração, os referidos equipamentos sociais, com reconhecido sucesso, aí desenvolvendo um trabalho junto da comunidade, constituindo-se como um centro de respostas sociais que serve a população do centro urbano do concelho com uma creche, um jardim-de-infância, um centro de dia, apoio domiciliário e um conjunto de atividades de integração social apoiadas por uma biblioteca, um auditório e uma cantina, permitindo-lhe assegurar, de forma consistente, a integração de todos os meios necessários à atividade. 6 - Que, por integrar instituições e individualidades do Concelho, a FRATERNA garante, para além da intervenção da Autarquia, uma gestão participada e partilhada com outros atores que importa implicar na gestão dos equipamentos sociais; 7 - Que a FRATERNA já dispõe de recursos especializados e experientes que podem e devem continuar mobilizados para a gestão destes equipamentos; **Proponho** - Que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do contrato de comodato em anexo, que fixa as condições em que o Município cede aqueles imóveis à FRATERNA.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da



Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Propõe-se um contrato de comodato com a régie-cooperativa FRATERNA para entrega a esta, pelo Município, de duas categorias de imóveis: Dois espaços e um armazém na Urbanização da Atouguia; O Complexo Multifuncional de Couros. Nada a opor relativamente à primeira categoria de espaços, utilizados em plena função social – que compete ao Estado – dando apoio e fazendo o acompanhamento de situações mais complicadas de entre a população residente nos edifícios de habitação social pertença do IHRU. Já quanto ao segundo espaço – o Complexo Multifuncional de Couros – no mesmo leva a FRATERNA a cabo uma função social que, em nossa opinião, não compete ao Estado. Esta régie-cooperativa tem instaladas nesse espaço duas valências sociais: a de Creche e Jardim de Infância e a de Centro de Dia. Na justa medida em que não sejam tais valências vocacionadas para a população mais carenciada (como nunca concordaríamos que o fosse na medida em que tais medidas favorecem a segregação e "guetização") as mesmas não desempenham verdadeiramente uma função social, antes utilizam a equiparação a IPSS que detém a FRATERNA para atuarem exatamente no mesmo campo em que atuam as inúmeras IPSS da nossa Cidade e do nosso concelho. Ora, essa já não é uma função que compita ao Estado, até porque não cumpre uma verdadeira função social, antes existindo em situação de concorrência com as IPSS do nosso concelho, para mais concorrência desleal na medida em que esta "IPSS", tendo por

trás o Estado (neste caso uma autarquia local) não se vê obrigada a cumprir com as exigências que todas as IPSS têm que cumprir. E no que mais importa, desempenham uma função que não é uma função social, é uma atuação como *player* num “mercado” com imensa oferta de IPSS. Deste modo e como consideramos que a utilização que a FRATERNA faz do Complexo Multifuncional de Couros não serve verdadeiramente a função social municipal (isto sem que tais comentários se queiram minimamente referir à qualidade do trabalho ali prestado que sabemos ser de elevada qualidade e dedicação), antes a subverte entrando no terceiro setor mas sem cumprir as mesmas regras e condições que as demais IPSS. Em todo o caso, atenta a circunstância de não ter sido autorizado pelo Sr. Presidente, apesar de requerida, a votação separada dos diferentes imóveis e atendendo a que a posição manifestada se refere, exclusivamente, ao Complexo Multifuncional de Couros, os vereadores subscritores abstêm-se neste ponto.” -----

PATRIMÓNIO – ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS DE CESSÃO DE EXPLORAÇÃO - PAC – Presente a seguinte informação: “No passado dia 8 de abril foram celebrados os contratos de cessão de exploração de três espaços instalados nos Ateliês Emergentes, sitos na Plataforma das Artes e da Criatividade, decorrente da Hasta Pública n.º 4/2014, destinados a **RESTAURANTE/CAFETARIA, BAR e LIVRARIA**. Todavia, no seguimento de algumas dúvidas relativas à figura contratual dos contratos, designadamente à modalidade de cessão de exploração ou de arrendamento comercial, com implicações diretas ao nível do IVA, foi solicitada a devida análise à Divisão Jurídica. De acordo com a análise jurídica, verifica-se que a jurisprudência portuguesa efetivamente faz uma distinção entre



o arrendamento comercial e a cessão de exploração: **Arrendamento comercial**: o proprietário limita-se a colocar à disposição do locatário apenas o gozo e fruição da instalação; **Cessão de Exploração**: o proprietário coloca à disposição do locatário não apenas o gozo e fruição da instalação, como também deve o imóvel já se encontrar provido dos meios materiais indispensáveis à sua exploração, como móveis, máquinas, embora não seja indispensável que o estabelecimento já antes estivesse em exploração. De acordo com os contratos assinados, está previsto na sua cláusula 4 que é obrigação do cessionário *"Equipar e licenciar os espaços (...) Todo o equipamento móvel e/ou amovível afeto à exploração e funcionamento (...) será da responsabilidade da cessionário e sua propriedade no fim da cessão(...)".* Ora, verifica-se que a figura jurídica utilizada para denominar os contratos, como contratos de cessão de exploração, não foi a mais correta pois em face do seu clausulado não preenche os requisitos, tratando-se pois de um arrendamento comercial uma vez que a instalação dos equipamentos competirá aos adjudicatários. Assim, deverá ser decidido o seguinte: Ou se altera o clausulado dos contratos para se enquadrar como contratos de cessão de exploração; Ou se altera a denominação dos contratos para contratos de arrendamento; Em face do exposto, e porque se entende que não é viável a alteração do clausulado dos contratos, em virtude de respeitar o Regulamento da Hasta Pública aprovado pelo órgão executivo, propõe-se que se altere apenas a qualificação jurídica dos instrumentos contratuais, passando a designar-se por **contratos de arrendamento comercial** e não contratos de cessão de exploração, mantendo-se inalteráveis todas as cláusulas descritas nos contratos celebrados. Em caso se

aceitação superior, deverá o assunto ser submetido à aprovação da Câmara Municipal. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO À ADCL - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS – Presente a seguinte informação: “A

ADCL – Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, sediada na freguesia de S. Torcato vem, através de correio eletrónico de 22 de abril de 2015, solicitar a cedência de mobiliário destinado ao apetrechamento do seu Centro de Atividades de Tempos Livres. De acordo com a informação da Divisão de Educação, considerando que a Autarquia dispõe de algum material recolhido de escolas do 1º ciclo encerradas, designadamente da EB1/JI de Gonça que, embora se encontre em razoável estado de conservação, não responde às necessidades dos estabelecimentos de ensino, existe a disponibilidade de cedência de 6 mesas múltiplas ref.ª 29.04 e 10 cadeiras de aluno ref.ª 01.04, conforme indicado no quadro infra. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
6 mesas múltiplas ref.ª 29.04	€20,00	€120,00
10 cadeiras de aluno ref.ª 01.04	€5,00	€50,00
Total		€170,00

Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação à referida entidade, do equipamento supracitado, ao qual foi atribuído o valor de €170,00 (cento e setenta euros), devendo, em caso de concordância, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de



12 de setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO - DOAÇÃO DE FOTOCOPIADOR À FREGUESIA

DE RONFE – Presente a seguinte informação: “A Junta de Freguesia de Ronfe vem, através de correio eletrónico de 8 de maio de 2015, solicitar a cedência de um fotocopador, que se encontra instalado na escola EB1 Gemunde, daquela freguesia. De acordo com a informação da Divisão de Educação não há inconveniente na cedência do fotocopador Nashuatec DSM618, com o nº série J9146403343, uma vez que a escola básica de Ronfe dispõe de um novo fotocopador e o anterior equipamento poderá constituir uma mais-valia para o desenvolvimento da atividade daquela Junta de Freguesia. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação à Freguesia de Ronfe, do equipamento supracitado, ao qual foi atribuído o valor de €250,00 (duzentos e cinquenta euros), devendo, em caso de concordância, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES - CONTRATO DE DOAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA PROPRIETÁRIA DA BIBLIOTECA E DO ACERVO DOCUMENTAL DO PROF. DR. JOAQUIM OLIVEIRA BRAGANÇA

– Presente a seguinte informação: “De acordo com o nº 1, do artigo 8.º “Recolha de documentação de âmbito concelhio” do regulamento de organização e funcionamento dos Arquivos da Câmara Municipal de Guimarães, podem dar entrada no arquivo municipal, a título definitivo, documentos de outros organismos, pessoas ou serviços, respeitantes à documentação

produzida no concelho de Guimarães. Assim sendo, dado o interesse histórico e patrimonial do arquivo do Prof. Dr. Joaquim Oliveira Bragança o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta compromete-se conservar e a tratar os documentos, a título de depósito, o supramencionado arquivo.” A minuta do contrato de doação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO À UNIVERSIDADE DO MINHO – Presente a seguinte informação: “A Comissão do Curso da Licenciatura de Teatro da Universidade do Minho, sediada no Polo de Couros, através de email datado de 21/05/2015, vem solicitar a cedência de mobiliário usado, melhor identificado nas imagens anexas ao referido email, no intuito de tratar cenicamente esse mobiliário para ser utilizado num projeto de artes performativas designado “Emcaixa” que estão a desenvolver no Largo do Trovador e que está integrado no programa paralelo dos Festivais Gil Vicente. Após deslocação ao armazém da Divisão de Património Municipal, verificou-se a existência de vários bens que poderão ser disponibilizados. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, à Universidade do Minho, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €835,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2 Mesas redondas em madeira	€ 150,00	€ 300,00
1 Cadeira em madeira	€ 10,00	€ 10,00
1 Secretária em madeira trabalhada	€ 80,00	€ 80,00



1 Armário em fórmica com prateleiras na parte superior e 2 portas fechadas na parte inferior	€ 35,00	€ 35,00
2 Camas em madeira	€ 60,00	€ 120,00
1 Estante em madeira	€ 60,00	€ 60,00
2 Armários em fórmica fechados	€ 35,00	€ 70,00
1 Secretária em madeira com gavetas laterais	€ 60,00	€ 60,00
Poltrona individual revestida a pele	€ 50,00	€ 50,00
2 Mesas compridas em madeira trabalhada	€ 25,00	€ 50,00
Total		€ 835,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL - RECRUTAMENTO DE TÉCNICOS PARA AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º

CICLO DE ENSINO BÁSICO – Presente a seguinte proposta: "1.

O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, comete aos municípios atribuições e competências em matéria de educação, nomeadamente quanto às atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico. O contrato de execução n.º 204/2009, celebrado entre o Ministério da Educação e o Município de Guimarães em 16 de setembro de 2008, definiu as condições de transferência dessas atribuições, determinando-se, na cláusula 3.ª, que o município assume a competência de implementação das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, sem prejuízo da responsabilidade do Ministério da Educação quanto à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitação dos respetivos técnicos. 2. De acordo com o determinado no Despacho n.º 9265-B/2013, caso o agrupamento de escolas, não sendo entidade promotora, disponha de recursos docentes de

quadro para a realização de uma ou mais AEC, após cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 8.º do Despacho Normativo n.º 7/2013, de 11 de junho, estabelece protocolo com a entidade promotora no sentido de estes serem obrigatoriamente afetos àquelas AEC. Nas situações em que não seja possível promover as AEC com os recursos do agrupamento, as entidades promotoras – neste caso, o município - procedem ao recrutamento e contratação dos respetivos profissionais. Consultadas as direções dos agrupamentos de escolas do concelho, verifica-se que, sendo embora ainda prematuro indicar com precisão o número exato de técnicos cujo recrutamento pelo município virá a ser necessário, não lhes será possível apresentar recursos docentes próprios para assegurar todas as AEC. De modo a garantir que os técnicos responsáveis são contratados atempadamente, prontos a iniciar funções com o início do ano escolar, é essencial tomar desde já as medidas necessárias ao desencadear do processo de recrutamento. **3.** Nos termos do disposto no artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015 (aprovado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro), é permitida nas autarquias locais, a título excecional, a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, mediante autorização do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, para o que se apresenta a seguinte fundamentação:

a) O recrutamento de técnicos para as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo de Ensino Básico é imprescindível para assegurar o cumprimento de obrigações de serviço público consagradas no referido Decreto-Lei n.º 144/2008, bem como no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de



julho, que aprovou os princípios orientadores da organização e gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário; b) Para assegurar essas necessidades, o Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, prevê a celebração pelos municípios de contratos de trabalho a termo resolutivo, que caducam necessariamente no termo do ano escolar a que respeitam; ora, a probabilidade de existirem candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado interessados em perder o vínculo que possuem para ocupar o referido posto de trabalho é praticamente nula. Assim, tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à atividade municipal, prevê-se desde já a necessidade desse recrutamento excecional, sem prejuízo de serem observadas as prioridades no recrutamento previstas no artigo 30.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como no artigo 48.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015. c) O Município de Guimarães tem cumprido integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011, bem como, o preceituado nos artigos 62º e 64º da Lei do Orçamento de Estado em matéria de controlo de despesas com pessoal. **4.** No mapa de pessoal de 2015 estão previstos 150 postos de trabalho para as funções descritas, estando a correspondente verba devidamente cabimentada. **5.** Nestes termos, propõe-se seja aprovada e submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, **a autorização de abertura de procedimento concursal para recrutamento, na modalidade de contrato a termo resolutivo, de até 150 técnicos para assegurarem as atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico no ano letivo de 2015/2016**, para as áreas de

Inglês, Atividade Física e Desportiva, Atividades Performativas (Teatro e Dança), Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e Psicomotricidade, de acordo com as necessidades identificadas pelos agrupamentos de escolas.”

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor

o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Em coerência com a posição que reiteradamente temos assumido, não podemos ser favoráveis à Proposta de Abertura de procedimento concursal - Recrutamento de técnicos para as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo de Ensino Básico, uma vez que a mesma se insere num modelo oposto àquele que defendemos. Acresce ainda o facto de não ter sido realizada qualquer avaliação à implementação do modelo atualmente em vigor, que consideramos necessária para justificar a sua continuidade. No entanto, estando cientes da intenção de que este modelo continue em vigor no próximo ano letivo, não podemos manifestarmo-nos contra a abertura do procedimento concursal para o recrutamento de técnicos para as AEC, uma vez que o mesmo é imprescindível ao funcionamento destas atividades nos moldes em que serão promovidas. Neste enquadramento, e sempre na expectativa do superior interesse dos nossos alunos, abstemo-nos na votação deste ponto da agenda.” -----

RECURSOS HUMANOS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA TÉCNICO SUPERIOR – Presente a seguinte



proposta: “**1.** Vem sendo evidenciada e demonstrada, nos últimos anos, a necessidade de dotar o Município de um técnico superior para assegurar o funcionamento e manutenção dos sistemas energéticos de climatização, com licenciatura em engenharia mecânica e a qualificação profissional como técnico no âmbito dos sistemas de certificação energética de edifícios. Apesar de terem sido já promovidos dois procedimentos concursais com o objetivo de recrutar um técnico com essas características, não foi até à data conseguida a sua contratação. **2.** Em face desta necessidade e dos resultados até agora obtidos, será necessário recorrer à faculdade que é concedida pelo artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015 (aprovado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro), que permite, mediante autorização do órgão deliberativo, a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo de serem observadas as prioridades no recrutamento determinadas no art.º artigo 30.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como no artigo 48.º da Lei do OE de 2015. **3.** O posto de trabalho encontra-se previsto no mapa de pessoal aprovado para o ano de 2015, onde se refere que, em face das exigências constantes do Decreto-Lei 118/2013, de 20 de agosto, referentes ao Sistema de Certificação Energética dos edifícios, verifica-se a obrigatoriedade de dispor de um técnico responsável pelo funcionamento das instalações dos edifícios municipais que assegure a condução técnica do bom funcionamento dos sistemas energéticos de climatização, incluindo a sua manutenção, bem como pela gestão da respetiva informação técnica e ainda que acompanhe e fiscalize as obras, na

especialidade de Sistemas de Ventilação e Ar condicionado. Prevê-se, como requisitos de candidatura, a licenciatura em engenharia mecânica e detenção de título profissional de técnico de instalação e manutenção de edifício Nível III (TIMIII). **4.** O Município de Guimarães tem cumprido integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011, bem como o preceituado nos artigos 62º e 64º da Lei do Orçamento de Estado em matéria de controlo de despesas com pessoal. Para além da previsão do posto de trabalho no mapa de pessoal em vigor, a despesa encontra o necessário cabimento orçamental. **5.** Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta a aprovação da Assembleia Municipal **a autorização de abertura de procedimento concursal para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado**, de um técnico superior, licenciado em Engenharia Mecânica e detentor de título profissional de técnico de instalação e manutenção de edifício Nível III (TIMIII).” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

AMBIENTE - PROPOSTA DE NORMAS INTERNAS DE PARTICIPAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- PEGADAS – Presente a seguinte proposta: “O PEGADAS é um Programa de Educação e Sensibilização Ambiental para Guimarães que assenta na estratégia para o concelho ao nível do desenvolvimento sustentável e promoção de políticas para o ambiente, ecológicas e inclusivas. Este é um programa transversal, dedicado à educação ambiental, constituindo fator basilar para o incremento de práticas comunitárias assentes em princípios ecologicamente sustentáveis, pretendendo iniciar uma



mudança de paradigma no comportamento e no modo de estar da comunidade. O programa tem como objetivo principal educar e sensibilizar a comunidade educativa para o ambiente e para as políticas de desenvolvimento eco-sustentável e será aberto a todas as escolas públicas e privadas do Concelho de Guimarães, tendo como público-alvo toda a comunidade educativa. Em termos de aplicação e funcionamento do PEGADAS (Programa de Educação e Sensibilização Ambiental) proceder-se-á ao estabelecimento de parcerias com entidades vocacionadas para as variadas temáticas ambientais, ao nível local, nacional e internacional. Por outro lado, o PEGADAS será uma ferramenta agregadora, impulsionadora e facilitadora de projetos das próprias escolas, contribuindo para a formação e o desenvolvimento pessoal das crianças e jovens, colocando a educação como elemento fundamental para a mudança de hábitos e comportamentos. Este Programa funcionará em estreita articulação entre o Pelouro de Educação, o Pelouro de Ambiente e o Laboratório da Paisagem, onde figurará a sede física afeta ao programa. A adesão das escolas será realizada através de um registo no site do Município e do Laboratório da Paisagem, assente nas normas de participação próprio do programa, que se anexa e que se submete à reunião do executivo para deliberação. O Programa terá um espaço on-line específico, no site do Município e do Laboratório da Paisagem, no qual serão divulgados os princípios e ações desenvolvidas pelo programa, numa lógica de partilha de informação. As ações distribuir-se-ão por temas e por vários tipos. Em termos de temas, abordar-se-á os Resíduos, a Energia, a Água, o Ar, o Ruído, a Mobilidade, a Natureza e a Biodiversidade, a Floresta, a Agricultura e Ambiente e Sustentabilidade, entre outras." As

referidas normas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "A apresentação da proposta de Normas Internas de Participação do Programa de Educação Ambiental - PEGADAS numa reunião cuja agenda inclui um outro ponto no âmbito da Educação Ambiental merece, da nossa parte, alguma reflexão: - O público-alvo deste programa é constituído por todas as escolas públicas e privadas do concelho de Guimarães, tal como o Programa Eco-Escolas; - os objetivos de ambos os programas são coincidentes; - a metodologia é, em tudo, semelhante; - os participantes são os mesmos. Evidencia-se, assim, uma sobreposição de programas desnecessária e indesejável, que pode refletir-se numa indesejável falta de adesão por parte do público a que se destina. De facto, as escolas são cada vez mais bombardeadas com solicitações de diversas proveniências, a par com a pressão do cumprimento dos currículos, cuja extensão e grau de complexidade tem vindo a aumentar. A agenda da reunião de hoje é exemplificativa desta realidade ao incluir três pontos relativos a três projetos diferentes, sendo que em todos a escola se configura como ator principal. Se cabe à Escola, enquanto elemento fundamental na sociedade, um papel fundamental na sensibilização e introdução de boas práticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável, isso não pode significar a substituição daquela que é a sua função principal por um conjunto de outras funções que a comprometem na medida em que a ela se sobrepõem. Apesar das razões expostas votamos a favor neste ponto." -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - PROPOSTA DE

**RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO NO ÂMBITO DO DISPOSTO NO Nº 1, DO ARTº 25 DO DL 73/2009 -**

AÇÕES DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO – Presente uma proposta para emissão de certidão de interesse público para a empresa José Neves & C.ª Lda, sita no Parque Industrial de Ponte, Pavilhão D7, nos termos dos pressupostos definidos no âmbito da fundamentação que se junta em anexo. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL ESTABELECIDO PELO DL

165/2014 – Presente uma proposta para emissão de certidão de interesse público para as empresas Mendes de Macedo & Macedo Lda, com sede na freguesia de Briteiros S. Salvador, Detalhes com Mimo Unipessoal Lda, com sede na freguesia de Longos, Amandavi, Confeções, Lda, com sede na freguesia de Briteiros Santo Estevão e Padaria e Pastelaria São Tomé de Abação Unipessoal Lda, com sede na União das freguesias de Abação e Gémeos, nos termos dos pressupostos definidos no âmbito da fundamentação que se junta em anexo. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os

Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL ESTABELECIDO PELO D.L. 165/2014 E OU PELAS ALTERAÇÕES SIMPLIFICADAS DA DELIMITAÇÃO DA REN, COMO ESTABELECE O ARTIGO 16º DO DL 239/2012

– Presente uma proposta para emissão de certidão de interesse público para a empresa Filocora Tinturaria Acabamentos Têxteis, SA, sita na Travessa do Ribeiro, n.º 16, freguesia de Lordelo, nos termos dos pressupostos definidos no âmbito da fundamentação que se junta em anexo. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR

– Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” -



com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **FRANCISCO VAZ DA COSTA MARQUES, FILHOS & CA S.A.** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **77%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **A3S ARQUITETURAS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico,

tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **37%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentadas pelas empresas **FRANCISCO VAZ DA COSTA MARQUES, FILHOS & CA S.A.; A3S ARQUITETURAS, LDA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2**." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - PROPOSTA - PARCERIA ABAE/MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA ECO-ESCOLAS 2015 – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães coopera para a implementação do Programa Eco-Escolas, desde os anos 2001/2002 sendo que esta parceria tem produzido efeitos



positivos, ao nível da obtenção do respetivo Galardão, por parte das escolas aderentes, constituindo-se igualmente como um indicador de desenvolvimento sustentável e de eficiência ao nível da educação ambiental. Os Projectos Eco-Escolas desenvolvidos nas escolas do Concelho têm contribuído para uma efetiva sensibilização e consciencialização ambiental, pela promoção de atividades pedagógicas, que contribuem de forma efetiva para a promoção de uma eco-sustentabilidade na própria escola, reduzindo assim o impacto no ambiente e os custos no seu funcionamento. Por outro lado, os projetos Eco-Escolas só podem ser efetivados mediante o estabelecimento de parceria entre a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e a Câmara Municipal de Guimarães. Nestes termos e analisada a parceria mais uma vez proposta, no âmbito do assunto em epígrafe, propõe-se a assinatura do protocolo (em anexo) entre o Município de Guimarães e a Associação Bandeira Azul da Europa, no qual o Município se compromete apoiar as Escolas inscritas no Programa Eco-Escolas 2014/2015, pela atribuição de um subsídio no valor de 70€/escola, num total de 13, perfazendo 910,00€ de apoio, conforme proposta em anexo. Note-se que o contributo financeiro solicitado por escola, que é essencial para assegurar o desenvolvimento deste projeto, se destina à comparticipação parcial das despesas inerentes à implementação do Programa (despesas de gestão, mailings, produção de materiais, edição de bandeiras e certificados, pagamento à FEE internacional da quota/escola, etc.). As Escolas inscritas encontram-se discriminadas em anexo.” A relação das escolas dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena

Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A apresentação desta proposta numa reunião cuja agenda inclui um outro ponto no âmbito da Educação Ambiental merece, da nossa parte, alguma reflexão: - O público-alvo deste programa é constituído por todas as escolas públicas e privadas do concelho de Guimarães, tal como o Programa PEGADAS; - os objetivos de ambos os programas são coincidentes; - a metodologia é, em tudo, semelhante; - os participantes são os mesmos. Evidencia-se, assim, uma sobreposição de programas desnecessária e indesejável, que pode refletir-se numa indesejável falta de adesão por parte do público a que se destina. De facto, as escolas são cada vez mais bombardeadas com solicitações de diversas proveniências, a par com a pressão do cumprimento dos currículos, cuja extensão e grau de complexidade tem vindo a aumentar. A agenda da reunião de hoje é exemplificativa desta realidade ao incluir três pontos relativos a três projetos diferentes, sendo que em todos a escola se configura como ator principal. Se cabe à Escola, enquanto elemento fundamental na sociedade, um papel fundamental na sensibilização e introdução de boas práticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável, isso não pode significar a substituição daquela que é a sua função principal por um conjunto de outras funções que a comprometem na medida em que a ela se sobrepõem. Esta sobreposição poderá, mesmo, estar na origem da redução progressiva do número de escolas participantes no Programa Eco-Escolas. Apesar das razões expostas, votamos a favor neste ponto.” -----

EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOÃO DE MEIRA – Presente a seguinte proposta: “O Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho,



alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, estabelece o novo quadro de transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação. Na alínea d) do artigo 2º daquele diploma legal está consagrada a transferência da gestão do parque escolar dos 2º e 3º ciclos do ensino básico para os municípios, determinando o artigo 8º do mesmo Decreto-Lei a transmissão de competências nas áreas de construção, manutenção e apetrechamento de estabelecimentos do ensino básico. Nos termos dos artigos 12º e 13º do citado Decreto-Lei, esta transferência depende da celebração de contratos de execução entre o Ministério da Educação e cada um dos municípios, tendo por objetivo a identificação das condições em concreto que, nos diversos domínios em apreço, asseguram o efetivo exercício das atribuições e competências transferidas, por parte de cada município. Assim, dando cumprimento ao referido normativo legal, em especial ao determinado no seu artigo 12º, em 16 de setembro de 2008, foi celebrado entre o Ministério da Educação e o Município de Guimarães o Contrato nº 204/2009, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 142, de 24 de Julho de 2009. Nos termos da cláusula 4ª deste Contrato, foram transferidas para o Município de Guimarães as competências relativas à construção, manutenção e apetrechamento das escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, nomeadamente da Escola João de Meira. Posteriormente, conforme disposto no nº 1 do artigo 56º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, a partir de 1 de janeiro de 2011, é transmitida para os municípios a titularidade do direito de propriedade dos prédios afetos às escolas que se encontrem sob gestão municipal, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 2º e dos artigos 8º, 12º e 13º do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, alterado pela Lei 3-

B/2010, de 28 de Abril. Na sequência das atribuições definidas pelo enquadramento legal referenciado, cabe ao município assegurar a manutenção dos espaços e equipamentos afetos a este estabelecimento escolar, entre outros. No decorrer dessa atribuição, e após empreitada de requalificação da escola, foi necessário proceder a uma avaliação do cabal funcionamento dos equipamentos de AVAC para a zona da cozinha e refeitório, cujos testes implementados resultaram no aumento do consumo da fatura de eletricidade para o período ao qual reportamos. Os testes realizados advieram da necessidade de aquilatar do correto funcionamento dos equipamentos de ventilação para a área designada, atendendo ao facto de se constituírem como zonas de ventilação prioritária, e se ter observado um funcionamento menos ajustado do sistema. Após identificação do problema e do conseqüente incremento dos valores da fatura de eletricidade, foram aventadas um conjunto de soluções, em articulação com a escola, no sentido de prevenir novas ocorrências deste tipo, paralelo à monitorização periódica do equipamento. Atendendo a que o aumento do consumo deriva da realização dos testes necessários efetuados pela Câmara Municipal, e considerando que a escola não possui meios para fazer face ao valor faturado, que ultrapassa largamente a média de consumo habitual, solicitamos a atribuição de subsídio extraordinário para compensação à escola do valor concernente a esta fatura de eletricidade, no montante de €10.000,00."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO - ABRIL DE 2015 – Presente a seguinte informação: "Por deliberação de



23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - UNIVERSIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta:

“Como forma de assinalar a inauguração das suas instalações no Centro Avançado de Formação Pós Graduada e o início formal das suas atividades, a Unidade Operacional da Universidade das Nações Unidas em Governação Eletrónica (UNU) promoveu, no passado dia 23 de abril, na Igreja de São Francisco, um concerto pela Orquestra de Guimarães aberto ao público em geral. Considerando os custos avultados do concerto, a UNU solicita à Câmara Municipal um subsídio de €7.445,00, correspondente a 50% do montante despendido. Assim, considerando o inquestionável interesse público de que se reveste e atividade da UNU e, muito particularmente, da realização do referido concerto, que permitiu um melhor conhecimento daquela entidade por parte da população, proponho a atribuição, à UNU, de um subsídio de €7.445,00, destinado a comparticipar nos custos de realização do concerto pela Orquestra de Guimarães. Refira-se que, por estar abrangida pela Convenção das Nações Unidas, a UNU beneficia, em todos os países onde está radicada, de um estatuto de total isenção fiscal. A ser aprovado, o subsídio

deverá ser pago à Universidade das Nações Unidas (5-53-70 Jingumae, Shibuya-ku, Tokyo 150-8925 | Japan), por transferência bancária, de acordo com as instruções constantes do anexo à presente proposta.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - MASTERCLASSE COM MARCO POSTINGHEL – CO-PRODUÇÃO COM A SOCIEDADE MUSICAL DE GUIMARÃES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “Grande pedagogo do aclamado Mozarteum de Salsburgo e músico solista na grande orquestra da Rádio da Baviera, Marco Postinghel tem uma invulgar mestria artística, é assíduo nos grandes palcos ladeando os melhores músicos da atualidade e afirma-se como nenhum outro fagotista pelo ecletismo e transversalidade musical, com um rigor histórico e interpretativo que surpreende pela fidelidade ao compositor e ao manuscrito. Colocando-se a possibilidade de realizar uma masterclasse com este reputado músico, propõe-se o estabelecimento de uma co-produção com a Sociedade Musical de Guimarães com vista à sua realização nos próximos dias 21 e 22 de junho. Para além do carácter pedagógico, este encontro pretende enquadrar jovens músicos no contexto performativo nacional e internacional, estando agendados dois concertos pelos alunos que nos visitarão, momentos musicais a integrar as Comemorações do 24 de Junho - Dia Um de Portugal. A co-produção proposta teria a seguinte partilha de responsabilidades: Câmara Municipal - atribuição de um subsídio de €1.250,00 à Sociedade Musical de Guimarães; - produção e divulgação das masterclasses e concertos. Sociedade Musical de Guimarães - gestão pedagógica; - gestão de inscrições para participantes e ouvintes.” **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----**CULTURA - APOIO À ATIVIDADE EDITORIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O ANO DE 2015 – ALTERAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICIÁRIA** –

Presente a seguinte proposta: “No passado dia 16 de abril o Executivo deliberou apoiar financeiramente um conjunto de edições no âmbito do Regulamento de Apoio à Atividade Editorial. Uma das edições constantes da referida deliberação intitula-se “Rapsódia de Gil Vicente da Vida e da Morte” (aquisição de 100 exemplares ao preço unitário de €10,00, totalizando €1.000,00) e será publicada pelo Centro de Estudos do Humanismo Critico que, por não estar legalmente constituído, vem solicitar que o subsídio em apreço seja pago ao Cineclube de Guimarães, entidade que colabora com a edição. Considerando que a alteração que nos é solicitada não desvirtua o objeto da deliberação, proponho que a mesma seja autorizada.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----**CULTURA - OFERTA DE BANDEIRA (CLUBE INDUSTRIAL DE PEVIDÉM)** –

Presente a seguinte proposta: “Aproximando-se a realização do LXVI Campeonato da Europa de Tiro ao Voo e Final da Taça do Mundo, aprazados para os próximos dias 8 a 14 de junho, o Clube Industrial de Pevidém solicita a cedência, a título definitivo, de uma bandeira de Guimarães para que seja hasteada nas respetivas instalações no decorrer das provas referidas e das que se venham a seguir. Informa-se que existe nos Serviços uma bandeira do Município disponível para este efeito, cujo custo atual se estima em 88,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município ao Clube Industrial de Pevidém.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS - IRMANDADE PRÍNCIPE DOS APÓSTOLOS DE SÃO PEDRO – SUBSÍDIO PARA A REABILITAÇÃO DA FACHADA DA BASÍLICA DE SÃO PEDRO –

Presente a seguinte proposta: “No âmbito das comemorações dos 400 anos da Irmandade Príncipe dos Apóstolos São Pedro, vêm os seus responsáveis solicitar a atribuição de um subsídio que lhes permita fazer face aos encargos financeiros decorrentes da operação de lavagem, limpeza e impermeabilização da Basílica de São Pedro, que pretendem implementar de imediato. De facto, a existência de manchas na fachada da Basílica de São Pedro tem sido objeto de alguma inquietação por parte de cidadãos de Guimarães. Acresce que o valor patrimonial do edifício e a sua localização, na praça central de Guimarães recentemente requalificada, constitui um sinal de degradação de todo incompatível com o aspeto geral do Largo do Toural, pelo que a sua remoção se reveste de inquestionável interesse público. Assim, considerando o valor patrimonial da Basílica, a sua relevância no contexto espacial em que está localizada e o interesse em concluir a sua limpeza por ocasião do aniversário suprarreferido proponho a atribuição de um subsídio de €20.847,95, à IRMANDADE PRÍNCIPE DOS APÓSTOLOS DE SÃO PEDRO, com o objetivo de financiar a operação de lavagem, limpeza e impermeabilização da fachada da Basílica de São Pedro. O montante do subsídio foi calculado a partir de um orçamento no valor €16.949,55, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que nos foi apresentado pela entidade e validado pelo Departamento de Obras Municipais. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do mesmo Departamento de Obras Municipais.”

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o



Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

DIVERSOS - CRIAÇÃO DE NOVAS TAXAS – ATENDIMENTO MEDIADO NO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO ZERO E SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL

– Presente a seguinte proposta: “O Decreto -Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, atualmente alterado pelo Decreto Lei 10/2015 de 16 de janeiro, veio introduzir importantes e significativas alterações legislativas ao nível da simplificação do regime de exercício e de acesso a diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa denominada “Licenciamento Zero”. Com a iniciativa “Licenciamento Zero” procurou-se desmaterializar procedimentos administrativos e modernizar o relacionamento da Administração com os cidadãos e empresas, concretizando -se as obrigações decorrentes da Diretiva n.º 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto -Lei n.º 92/2010, de 26 de julho. Procurou-se, desse modo, reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas mediante a eliminação de licenças, autorizações, validações, autenticações, certificações, atos emitidos na sequência de comunicações prévias com prazo, registos e outros atos permissivos, substituindo-os por um reforço da fiscalização sobre o exercício dessas atividades. Adotaram-se várias medidas que alteraram significativamente os regimes anteriormente em vigor, nomeadamente, através da aprovação de um novo regime de instalação e modificação de estabelecimentos de restauração

ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem, da simplificação dos regimes de ocupação do espaço público e da afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, da eliminação do licenciamento da atividade das agências de venda de bilhetes para espetáculos públicos e da atividade de realização de leilões e da proibição da sujeição do horário de funcionamento dos estabelecimentos a licenciamento. Por outro lado, entrou também em vigor o Sistema da Industria Responsável, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, alterado e republicado pelo referido Decreto-Lei 73/2015 de 11 de maio, que igualmente introduziu importantes e significativas alterações legislativas ao nível da simplificação do regime de exercício desta atividade. Estes dois regimes jurídicos (licenciamento zero e sistema da industria responsável) assentam no pressuposto de que todos os procedimentos relacionados com estas atividades devem ser meramente comunicados à autarquia (ou às outras entidades licenciadoras/autorizadoras) através do designado "Balcão do Empreendedor", plataforma eletrónica criada pela Administração Central que serve como ponto de contacto (por **via eletrónica**) entre o cidadão e a administração pública. Em face das alterações introduzidas, procedeu-se, em devido tempo, à adequação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais ao novo quadro legal e procedimental, criando-se novas taxas, reformulando -se e revogando-se outras. No entanto, a experiência de mais de dois anos de implementação destes dois novos regimes leva-nos a concluir que a maior parte dos munícipes que se deslocam aos nossos serviços para solicitar informações terminam o seu atendimento pedindo ajuda dos serviços na utilização da plataforma



eletrónica. Ora, este serviço, que foi implementado pelo legislador como sendo uma ferramenta informática que serviria para facilitar o acesso à informação e evitar deslocações do munícipe aos serviços públicos, isto é, a utilização desta plataforma seria da exclusiva responsabilidade do munícipe, e poderia ser acedida e utilizada de qualquer equipamento informático que tivesse acesso à internet, passou a ser, no BUA, um serviço diário e permanente de ajuda ao munícipe, através de atendimento mediado entre o munícipe e a referida plataforma. Com este atendimento mediado os serviços do BUA têm sentido uma sobrecarga de trabalho diário porque o atendimento passou a ser, não apenas dos serviços que a autarquia presta aos seus munícipes, mas também daquele que deveria ter deixado de prestar, por já não ser da sua competência direta, se o balcão do empreendedor fosse, efetivamente, utilizado como inicialmente estava meditado pelo legislador. Um atendimento mediado no âmbito dos procedimentos ao abrigo do regime jurídico do Licenciamento Zero demora, em média, 20 minutos e um atendimento mediado nos procedimentos relacionados com o Sistema da Indústria Responsável demora, em média, 90 minutos porque implica atendimento em três fases distintas: numa primeira fase faz-se uma simulação para enquadrar o tipo de indústria (tipo 1, 2 ou 3); numa segunda fase faz-se a inserção de todos os caracterizadores da atividade industrial e, finalmente, numa terceira fase procede-se à anexação dos ficheiros de suporte, com a respetiva associação às diferentes fases do procedimento. Este tempo de atendimento, isto é, esta prestação de serviços, implica custos para o Município que não estão a ser suportados por quem deles beneficia. Tendo em vista a criação de uma taxa

pela prestação destes serviços e considerando que o valor das taxas municipais é fixado segundo o princípio da proporcionalidade, tendo como premissas o custo da atividade pública, da utilização do bem público ou da remoção do obstáculo jurídico e o benefício auferido pelo particular, em articulação com o princípio da justa repartição dos encargos públicos, respeitando a prossecução do interesse público local e a satisfação das necessidades financeiras da Autarquia Local, a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental, foi solicitado aos serviços do Departamento Financeiro um estudo económico-financeiro, tal como previsto na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, para determinação do valor custo/minuto de um trabalhador do Balcão Único de Atendimento, conforme documento que se junta em anexo como **doc. 1**. Atendendo a estes tempos médios de atendimento e ao valor custo/minuto apurado pelo Departamento Financeiro para esta unidade orgânica, coloca-se à consideração superior, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º, e da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro e da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aprovação da criação de duas novas taxas, a submeter posteriormente a aprovação da assembleia municipal, para a prestação dos seguintes serviços: "Atendimento mediado levado a efeito no Balcão Único de Atendimento: - no âmbito de processos relacionados com o Licenciamento Zero - €6,40; - no âmbito de processos relacionados com o Sistema de Industria Responsável - €28.80." O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.



DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardos Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "O Decreto-lei 10/2015 de 16 de Janeiro veio introduzir alterações legislativas importantes ao nível da simplificação do regime de exercício e acesso a atividades económicas no âmbito da iniciativa "Licenciamento Zero", com a qual se procurou desmaterializar procedimentos administrativos e modernizar o relacionamento do cidadão e empresas com a Administração Pública. Procurou-se reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas mediante eliminação de licenças, autorizações, certificações, etc. Por outro lado entrou também em vigor o Sistema Industrial responsável, alterado pelo Decreto-lei 73/2015 que também introduziu alterações com vista à simplificação do regime de exercício desta atividade. Estes dois regimes jurídicos assentam no pressuposto de que todos os procedimentos relacionados com estas atividades devem ser meramente comunicados à autarquia ou entidade autorizadora através de plataforma eletrónica criada pela Administração Central. A Câmara de Guimarães vem agora argumentar que após 2 anos de experiência de implementação destes dois regimes, se conclui que a maior parte dos munícipes que se deslocam aos serviços da Câmara/BAU para pedir informações terminam a pedir ajuda aos serviços para utilizarem a plataforma eletrónica e que isso está a sobrecarregar os serviços municipais, que implicam custos para o município. Por isso se considera ser

necessário introduzir mais uma taxa ou “taxinha”! Votamos **contra.**” -----

RELATÓRIO E CONTAS - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2014 - MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente, em

anexo, o Relatório de Consolidação de Contas do Município de Guimarães, relativo ao ano de 2014, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Pelas doze horas e dez minutos, no período estabelecido para intervenção do público, o Presidente da Câmara deu a palavra ao **cidadão Rafael Carriço**, Diretor da Companhia de Dança Vortice, com sede em Fátima, que afirmou não compreender o motivo pelo qual a sua companhia não consegue entrar na programação do Centro Cultural Vila Flor, indicando que o seu trabalho tem sido reconhecido internacionalmente, por entidades como a UNESCO, tendo sido também a companhia escolhida pelo Santuário de Fátima para conceber um espetáculo no âmbito do centenário dos acontecimentos da Cova da Iria. Rafael Carriço solicitou ao Presidente da Câmara que averiguasse a situação junto da Cooperativa A Oficina, tendo afirmando que todos os anos são sempre convidados os mesmos artistas para a programação do Centro Cultural Vila Flor e que não lhe respondem por escrito às apresentações que faz. -----

O Vereador José Bastos contestou a versão apresentada por Rafael Carriço tendo afirmado que o coreógrafo não recebe a resposta que quer ouvir, argumentado que o artista tem o direito



de dançar em Guimarães como qualquer companhia, mediante o cumprimento das condições exigidas para a utilização do Centro Cultural Vila Flor. -----

O Presidente da Câmara pediu a Rafael Carriço para que lhe dirigisse uma apresentação por escrito. -----

PELAS 12:25 HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----